



cnapo

Comissão Nacional de Agroecologia
e Produção Orgânica



26ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Apresentação

A 26ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) aconteceu em Brasília-DF, durante os dias 02 a 05 de dezembro. A reunião foi composta por diferentes atividades, que marcaram a culminância de processos e ações realizadas pela comissão ao longo do ano de 2024.

No dia 03 foi realizado o Seminário “Contextos e Perspectivas do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos”, construído em parceria com o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos do Ministério Público do Trabalho – MPT. Neste espaço destacamos a importância do PRONARA, apresentando seu histórico, benefícios e impacto positivo para a agricultura e para a população brasileira. A redução de agrotóxicos responde a uma demanda histórica da sociedade, preocupada com os efeitos adversos desses produtos na saúde humana e no meio ambiente.

No dia 04 pela manhã tivemos a reunião sobre “Agroecologia na promoção da soberania e da segurança alimentar”, na Câmara dos deputados. Esta foi uma atividade articulada à Frentes Parlamentares Mistas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome no Brasil. Neste espaço realizamos o lançamento do III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, discutimos a necessidade de lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos e foi proposta uma agenda articulada à esta frente para o próximo ano. No período da tarde, a comissão se empenhou em apontar estratégias para o desenvolvimento de um sistema de monitoramento integrado entre o III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e o Plano nacional de abastecimento alimentar (PLANAB).

No dia 05 foram apontados os temas estratégicos para atuação da comissão, considerando incidências que precisam ser articuladas junto a outros conselhos, como por exemplo nas definições sobre destinação de recursos e ações propostas para o Plano Safra. A reunião se encerrou com a eleição da mesa coordenadora, que teve a oportunidade de se reunir com a secretaria executiva da Secretaria Geral da Presidência Kelli Mafort. Durante a reunião foi reforçado o compromisso com o fortalecimento da agenda da agroecologia na Esplanada e apresentadas para a Secretaria as principais demandas da CNAPO para o fechamento do ano e ações que serão realizadas no início de 2025.

A mesa coordenadora da CNAPO destacou a urgência para o lançamento da chamada em apoio aos Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA). O grupo também tratou da demanda para o lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), que teve uma minuta de ato normativo entregue aos governantes no dia 03/12.

Foram destacados temas estratégicos para atuação da comissão, considerando incidências que precisam ser articuladas junto a outros conselhos, como o CONDRAF e CONSEA, por exemplo nas definições sobre destinação de recursos e ações propostas para o Plano Safra. A CNAPO também está planejando uma oficina para estruturar um plano

de ação territorializado sobre “Implementação, Gestão e Monitoramento” dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica, e, de Abastecimento Alimentar para fevereiro de 2025.

Este relatório apresenta as principais informações das pautas dialogadas e encaminhamentos construídos durante os 3 dias de reunião, e está estruturado em sessões de acordo com a programação (anexo). Ainda, consta a carta do I Encontro Nacional de Agroecologia Indígena, realizado em Brasília-DF, entre os dias 26 e 29 de novembro de 2024.

Secretaria Executiva

Secretaria-Executiva - Patrícia Dias Tavares

Gerente de projetos - Thais Bittencourt

Assistente - Cíldia Barbosa de Souza

Estagiárias - Ketley Ellienay; Raíssa Felippe

Relatoras

Thábata Lohane Pereira Marinho Bezerra

Rafaela Patrício Chagas

Presentes

Membros da CNAPO (sociedade civil): Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Articulação de Agroecologia da Amazônia (ANA Amazônia); Associação Programa 1 Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC); Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPorg); Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF); Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social; Instituto Brasil Orgânico (IBO); Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); Rede ATER Nordeste de Agroecologia; Rede ECOVIDA de Agroecologia.

Membros da CNAPO (governo): Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR); Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Ministério das Mulheres (MM); Ministério da Saúde (MS); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Convidados (sociedade civil): Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Grupo da Terra; Movimento dos Trabalhadores do Campo; Articulação Popular São Francisco Vivo; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Fundação Israel Pinheiro; CONSEA/PR; Residência Multiprofissional CTS-UnB; CONFREM-BRASIL; Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará.

Convidados (governo): Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA); Casa Civil da Presidência da República.

DIA 03/12: Mesa 1 - Abertura: Ato de entrega da minuta de Decreto e Relatório da ST PRONARA/CNAPO às autoridades

Debatedores: Rogério Dias/IBO/Membro Sociedade Civil na CNAPO; Jakeline Pivato/Campanha/Membro Sociedade Civil na ST PRONARA; Nilto Tato, Deputado Federal, PT/SP; Fernanda Machiavelli, secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Padre João, Deputado Federal, PT/MG; Bohn Gass, Deputado Federal, PT/RS; Kelli Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde; Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva, Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos; Marília Leão, Secretária-Executiva do CONSEA; Marcelo Fragozo, Chefe de gabinete da Secretaria-Executiva da SGPR; e Kelli Mafort, Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República.



Foto: Vinicius Ascom/SGPR

O Dia Mundial de Combate aos Agrotóxicos, 03 de dezembro, relembra o trágico acidente industrial na cidade de Bophal, na Índia, em 1984, onde uma explosão em uma fábrica de agrotóxicos matou cerca de 25 mil pessoas, deixou sequelas graves em dezenas de milhares de pessoas e afetou indiretamente milhões de vidas. A apresentação do histórico de enfrentamento aos agrotóxicos teve os seguintes elementos: proibição de agrotóxicos organoclorados nos anos 80; 1989: regulamentação do uso de agrotóxicos; mudança do nome 'defensivo' para 'agrotóxico' na Constituição Federal; decreto nº 6.913/09 sobre registro de bioinsumos.

O Brasil, líder mundial no consumo de agrotóxicos, enfrenta um cenário complexo com impactos significativos no meio ambiente, na saúde e na economia. A luta contra os agrotóxicos é um desafio contínuo que requer uma abordagem integral, envolvendo educação, mobilização, pesquisa, inovação e pressão política.



O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com mais de 500.000 toneladas/ano

A redução do uso destes produtos químicos nocivos é fundamental para garantir a saúde pública e ambiental do Brasil. Os movimentos sociais têm um papel crucial nesse processo, promovendo mudanças significativas por meio de

mobilizações, pesquisa e pressão política. A sanção da Lei dos Bioinsumos e o lançamento do PRONARA são avanços importantes, mas ainda há desafios a serem superados. “Não existe segurança alimentar com veneno”.

Desafios: 1. Lobby do agronegócio: Pressão política para flexibilizar regulamentações; 2. Falta de fiscalização: Ineficácia na aplicação das leis; 3. Desinformação: Falta de conscientização sobre riscos; 4. Dependência econômica: Relação entre agronegócio e economia nacional; 5. Reconstrução ambiental: Restaurar áreas degradadas e promover práticas sustentáveis; 6. Saúde pública: Proteger a saúde da população, especialmente dos trabalhadores rurais; 7. Cultura: Preservar e valorizar as culturas tradicionais e camponesas.; 8. Água: Garantir acesso a água limpa e segura; 9. Garantir a segurança alimentar e nutricional, especialmente das populações mais vulneráveis.

Estratégias: 1. Educação e mobilização: Atuar de forma cultural e educacional com agricultores e trabalhadores rurais e combater a desinformação; 2. Pesquisa e inovação: Desenvolver tecnologias sustentáveis e promover a agroecologia; 3. Pressão política: Lutar pela proibição de agrotóxicos nocivos e pela implementação de políticas públicas; 4. Consumo consciente: Promover a preferência por alimentos orgânicos e agroecológicos.

O Presidente Lula tem sinalizado em diversos momentos sobre a importância de se debater a redução de agrotóxicos ao refletir a contradição de como o país tem consumido muitos desses produtos que são proibidos nos países que os fabricam, e que o tema deve ser disseminado a todos, para que a discussão seja traduzida em políticas públicas e normas.

Mesa 2 - A importância do PRONARA para a sociedade brasileira

Debatedores: Marina Leal/ANVISA; Rosangela Muniz/IBAMA; Luiz Claudio Meireles/FIOCRUZ; Marianne Vidal/EMBRAPA; Mazé Morais/CONTAG/Membro da sociedade civil da CNAPO.



Foto: Raíssa Felippe/CNAPO

Na mesa 2 discutiu-se a necessidade de mobilização contra agrotóxicos no Brasil. Em 2017, a ONU recomendou reduzir/eliminar esses produtos, no entanto, o Brasil foi na contramão destas recomendações e ainda permite uma grande quantidade de substâncias perigosas, proibidas em outros países devido aos riscos sanitários e ambientais. É fundamental a integração entre as instituições públicas de pesquisa e regulamentação para ações efetivas e concretas em relação ao risco apresentado pelos agrotóxicos. Esse é um momento estratégico para adoção do plano de restauração ecológica com a utilização de todos os instrumentos econômicos e institucionais para que os planos e

programas contribuam para a saúde pública e ambiental, evidenciando o potencial para que o Brasil seja exemplo na transição agroecológica da produção agrícola como modelo de desenvolvimento sustentável. Também foram apresentadas as diversas ações realizadas pelas instituições em debate:

ANVISA:



Ações Regulatórias: 1. Análise Toxicológica de Produtos de Origem Biológica; 2. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos; 3. Norma de Análise de Risco Ocupacional.



Ferramentas e Sistemas: 1. Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica (SISPA); 2. Equipe de Reanálise: Grupo especializado para reavaliar agrotóxicos já registrados.



Educação e Pesquisa: 1. Pesquisas e Publicações: Estudos e divulgação de informações sobre os impactos dos agrotóxicos e alternativas sustentáveis; 2. Recomendações para Uso Seguro: Orientações para agricultores e consumidores sobre o manejo seguro de produtos químicos.

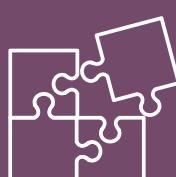
IBAMA:



Ações Regulatórias: 1. Reavaliação de produtos agrotóxicos para restrição de uso; 2. Avaliação prioritária de produtos de baixa periculosidade (100% dos produtos); 3. Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em matrizes ambientais.



Transparência e Educação: 1. Boletins semestrais de comercialização de agrotóxicos; 2. Educação ambiental e mobilização social; 3. Divulgação de alternativas ao uso de agrotóxicos.

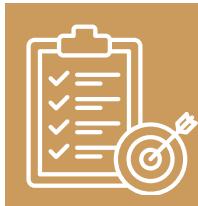


Desafios: 1. Avançar em entendimentos científicos sobre impactos ambientais; 2. Superar inércia regulatória; 3. Desenvolver soluções técnicas para manter produtividade com redução de agrotóxicos.



Parcerias: 1. Colaboração com Ministérios da Saúde, Agricultura e Meio Ambiente; 2. Trabalho conjunto com estados e municípios; 3. Parcerias com organizações não governamentais e setor privado.

FIOCRUZ:

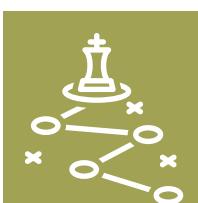


Principais Ações: 1. Pesquisas e Publicações: Estudos científicos sobre impactos ambientais e sanitários; 2. Colaboração na Proibição de Agrotóxicos Clorados: Contribuição decisiva para banir substâncias perigosas; 3. Suporte Técnico: Assessoria a políticas públicas e regulamentações.

EMBRAPA:



Objetivos gerais: 1. Garantir cada vez mais o aporte de recursos financeiros para pesquisa pública; 2. Fortalecer redes de territórios; 3. Promover a formação de profissionais; 4. Fortalecer a ATER e as políticas públicas para sua execução.



Objetivos estratégicos do Plano Diretor (2023): 1. Recursos naturais e mudanças do clima; 2. Segurança alimentar e saúde única; 3. Produção sustentável e competitividade; 4. Bioeconomia e economia circular; 5. Inclusão socioprodutiva e digital.

Mazé Moraes (CONTAG) enfatizou os perigos do uso dos agrotóxicos e que esse é o motivo de mobilização do debate, e como esses produtos são usados para expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios através da pulverização aérea, e como a contaminação é abrangente, desde o solo, a água, até o leite materno, como afirmam pesquisas recentes. Afirmou também que somente o mercado se favorece com o uso de agrotóxicos, que o PRONARA aponta o caminho para a segurança alimentar e nutricional e ao direito à saúde, que a agroecologia impulsiona a vida e que é necessário demandar ao governo estratégias para a execução de iniciativas para a área, além de trazer a proposta de assinatura do ato normativo do PRONARA para a data de 08/03/25.

Mesa 3 - Apresentação de Experiências

Celso Tomita - produtor orgânico - Tomita AgroOikos:

Iniciou a experiência com modelo agroecológico em pequenos espaços com viés produtivo/pesquisa. Os resultados foram muito promissores para ampliação da produção orgânica em larga escala. Atualmente a metodologia é realizada em grandes propriedades rurais com produção de larga escala com sucesso, não só na produção agrícola, mas também pecuária, resultando na redução do uso de agrotóxicos em pastagens, rações e redução do uso de antibióticos nos animais. Apontou, também, que os agrotóxicos não são um tema exclusivo do campo da alimentação, uma vez que esses produtos também são usados para plantio de algodão para a indústria têxtil.

Princípios da sua atuação: saúde única; trofobiose; manejo integrado de pragas e doenças.

Resultados: redução significativa de agrotóxicos; diminuição do uso de antibióticos em animais; recuperação de áreas degradadas; aumento da lucratividade e biodiversidade; serviços ecossistêmicos e diversificação do sistema produtivo.

Dionéia Ribeiro - MST:

Apresentou a Marca Terra Livre mantida pela COOTAP, que produz arroz orgânico no Rio Grande do Sul. O contexto da

apresentação se iniciou com a produção convencional de arroz em áreas de várzea na região na década de 1990, tendo como consequência problemas de saúde para a população rural, além de passarem pela crise econômica do final da década. A partir desse cenário, iniciou-se a transição para a produção orgânica, a partir de um modelo de larga escala por meio de cooperativas, as áreas são coletivizadas para produção colaborativas e o foco é no uso de manejo sustentável. Atualmente, estão envolvidos 12 assentamentos em 8 municípios do RS, 260 famílias assentadas atuam diretamente em uma área de produção de 3.100ha, possuem uma estimativa de colheita de 300 toneladas e possuem certificação orgânica.

No âmbito da comercialização, a atuação envolve o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o mercado varejista, as feiras, além da promoção de eventos culturais como a Festa da Colheita.

Os desafios apontados são: pulverização aérea de agrotóxicos como arma química, além da contaminação da produção e ameaça à saúde das pessoas, bem como ameaça ao selo orgânico; necessidade de pesquisas e formação na produção de arroz orgânico na região; mobilização dos jovens da comunidade para garantir a continuidade, ampliação e qualidade na produção.



Foto: Raíssa Felippe/CNAPO

DIA 04/12: Agroecologia no Parlamento: Agroecologia na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional

Parceria entre a CNAPO e Frentes Parlamentares de SAN (Dep. Padre João), Ambientalista (Dep. Nilto Tatto) e de Agroecologia (Dep. Leonardo Monteiro).

Debatedores: Deputado Federal Padre João; Deputado Federal Nilto Tatto; Kelli Mafort/SG da Presidência da República; Deputado Federal Bohn Gass; Deputado Federal Leleco Pimentel; Elisete Maria da Silva/MMTR-NE; Jorge Meza/FAO-ONU e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva/Frente Nacional de Combate aos agrotóxicos e transgênicos/MPT; Rogério Dias (IBO, sociedade civil/CNAPO), Adriana Mesadrin (Movimento de Mulheres Camponesas, sociedade civil/CNAPO), Maria José Moraes Costa (CONSEA/CONTAG, sociedade civil/CNAPO), Jakeline Pivato (Secretaria Nacional da Campanha Permanente dos Agrotóxicos pela Vida), Samuel Albuquerque (CONDRAF), Vivian de Almeida (SAF/MDA, governo/CNAPO).

Pauta: Apresentação do PLANAPO III; PRONARA; Debate: A agroecologia na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional; Construção da Agenda Agroecológica no Parlamento em 2025.



Foto: Raíssa Felipe/CNAPO

O PRONARA acumula um atraso de dez anos em sua agenda, resultado de uma conjuntura que negligenciou questões cruciais de saúde, meio ambiente e segurança alimentar, acarretando prejuízos significativos para a sociedade brasileira. Felizmente, a decisão do presidente de priorizar essa pauta abre caminho para avançar com ações concretas.

Desafios e ameaças: o lobby da mineração; conflitos de interesses; dominação do mercado de biológicos por empresas multinacionais; altos níveis de contaminação de agrotóxicos são permitidos na água e nos alimentos brasileiros, é necessário ampliar as restrições e a fiscalização de contaminação.

Para superar esses desafios, é essencial uma articulação governamental eficaz, realizar parcerias com organizações da sociedade civil e desenvolver estratégias bem sucedidas que possam ser replicadas em outros estados. Entende-se que é imprescindível avançar com ações concretas para erradicar a fome, promover justiça social e climática, transformar os sistemas agroalimentares e que a agroecologia é fundamental para alcançar esses objetivos.

A FAO/ONU reflete um receio de instabilidade da posição do Brasil em relação ao Mapa da Fome, e nesse sentido reforça a importância da agroecologia como instrumento de redução da fome no país.

A Sociedade Civil presente na mesa apontou que o custo mais alto da agricultura no mundo está ligado à saúde e ao meio ambiente e demais aspectos sociais, não na produção em si. Também foi relatado como a sociedade civil tem articulado construções coletivas e buscado organizar a priorização de demandas, bem como tem feito pressão sobre o governo para que as pautas sejam atendidas. Outras questões elencadas são: a importância da agroecologia; foco nos incentivos econômicos, no consenso entre os ministérios e no diálogo constante entre sociedade civil e governo como estratégias para a instituição de políticas públicas de agroecologia no país. Como proposta ficou a construção de agenda governamental interministerial voltada para a ênfase da agroecologia e a atuação desse campo com o combate à fome e

às crises climáticas.

O poder legislativo é estratégico para o fortalecimento da agroecologia enquanto política no país a partir da consolidação de marcos legais, pois as garantias independem de mudança de governo. Desse modo é possível manter agendas de agroecologia e produção orgânica.

Desafios: 1. Crédito Rural: desvincular o crédito rural do pacote de venenos e facilitar acesso aos pequenos produtores e produtores orgânicos e agroecológicos; 2. concretude dos programas federais: articulação interfederativa para fortalecer a segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios; 3. infraestrutura: é necessário melhorar a infraestrutura nos estados e municípios para monitoramento da qualidade da água, dos alimentos e da saúde da população com laboratórios bem equipados e uma equipe robusta.



dificuldade de acesso dos povos e comunidades tradicionais a créditos: os bancos não têm seus sistemas adequados para os modelos tradicionais e agroecológicos, e o racismo faz com que, muitas vezes, esses povos e comunidades sejam impedidos de acessarem os espaços.

Estratégias: 1. valorização da sociobiodiversidade: promover produtos da sociobiodiversidade; 2. parcerias: colaboração entre ministérios, instituições de pesquisa e sociedade civil; 3. comunicação de massa: mobilização popular e acesso da população aos meios de comunicação; 4. agroecologia e saúde: fortalecer a agroecologia como estratégia de promoção à saúde.

A participação social se dá no sentido de pautar orçamento e estar inserida nas definições de uso das emendas parlamentares. Além disso, há orçamento previsto que não está chegando a quem precisa, como é o caso do PRONAF, e a ausência de membros do governo como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação nos espaços de diálogo dificulta a realização de articulações.

Outras contribuições vieram da plenária, como o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) que acompanha pesquisas desenvolvidas no Brasil que apontam que o consumidor quer comprar alimentos de qualidade e sem veneno, mas não tem acesso, pois essa comida é cara quando comparada a alimentos que não são agroecológicos. Celebrou-se a nova cesta básica como uma vitória para a população brasileira, e é preciso incentivar economicamente os consumidores para ampliar o acesso.

Enfatizou-se a importância de uma ATER agroecológica e formação contínua de profissionais refletindo as adversidades encontradas em campo, a exemplo do crime ambiental do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, e da Barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho. Como pensar uma produção agroecológica quando o solo e a água, do rio ao mar, estão altamente contaminados com metais pesados?

Outra contribuição em destaque se trata da importância de valorizar as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) na alimentação. Houve avanço na inserção de algumas variedades na nova cesta básica, mas há campo para expansão a partir de investimentos para a produção.



Foto: Vinicius Ascom/SGPR

Sistema de gestão e monitoramento integrado

Coordenação: Maria Amália/FBSPG e Silvio Porto/CONAB;

Debatedores: Luciana (BNDES/ECOFORTE); Islândia (PLANAB); Paulo Petersen (ANA, sociedade civil/CNAPO); Vanessa Pfeifer (consultora).

Foi apresentado um produto de consultoria de Sistematização, Aspectos Metodológicos e Conceitos Orientadores do Monitoramento Integrado PLANAPO-PLANAB-ECOFORTE a partir de dados de experiências anteriores, com o objetivo de se debruçar sobre discussões e documentos para pensar elementos para a construção de uma proposta de integração entre esses planos e editais.

ECOFORTE: a sistematização do programa começou entre 2017 e 2018 com o Fundo Socioambiental e o Fundo Amazônia, e os recursos para essa política foram aplicados integralmente. Há expectativa de mais recursos para incluir mais pessoas no projeto, bem como espera-se incluir estudos sobre relações étnico-raciais no âmbito do programa, agora que há o 18º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável: Igualdade Étnico-racial.

PLANAB: o plano traz componentes fortes da agroecologia, porém não estão apresentados de forma explícita. Foi lembrado o primeiro ano completo da Política Nacional de Abastecimento, e a importância de apresentação de relatoria das reuniões periódicas.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: previsão de lançamento entre fevereiro e março de 2025.

Plano Clima: em construção.

Inovação: composição da sociedade civil nos territórios e contribuição no plano. Questionamento sobre como pensar o território e sua diversidade, que tipo de território se quer. Apresentaram demanda de assinatura de termos por parte de município ao SISAN, mas não foi citado qual.

Monitoramento CNAPO: é importante não fragmentar a discussão sobre o papel da CNAPO e como a política chega à população, e a liderança da CNAPO no monitoramento não deve ser um exercício tecnocrático de políticas públicas, mas um exercício de percepção dos territórios sobre os territórios. Há a necessidade de atenção para a despolitização dos instrumentos burocráticos, e a missão interconselhos e interplanos não pode ser só um tema da CNAPO; necessidade de construção da política de participação social para corrigir as fraturas para efetivação do PRONARA nos territórios e de viabilização de intercâmbio entre os territórios.

“

A maior fonte de ideias inovadoras é a sociedade civil.

”

O evento do G20 teve boas experiências sobre as cisternas e as cozinhas solidárias, é um exemplo para refletir em cima de questões práticas. O pragmatismo no ponto de vista da obtenção de dados é importante no contexto do governo, pois é necessário para a manutenção de ações, enquanto se discute outras formas qualitativas de avaliação das políticas, além de pensar instrumentos para coleta de dados que não consumam tempo de quem atua na ponta. Foi dado como exemplo os agentes de ATER, em que 50% do tempo de trabalho fica dividido com transporte até chegar ao local de atuação e alimentação das bases de dados.

Os documentos acessados para proposição de monitoramento estão com dados tecnocráticos - que justificam as políticas na burocracia mas eles trazem a demanda de poder “imprimir” os sujeitos - demanda de ações mais qualitativas que possam subsidiar as justificativas de política pública. Ainda, durante a campanha presidencial, houve demanda do retorno do orçamento participativo, ou seja, é a sociedade que comprehende a realidade e aponta onde existe demanda. Esses são instrumentos que também modificam o modelo de entregas por parte do governo.

O programa Terra à Mesa também foi citado no sentido da necessidade de se estar presente no território para compreender como tem sido o seu funcionamento, em contraste com avaliações distantes através de números em planilhas unicamente. Essas questões são incentivadoras pela experiência da 25ª Reunião Ordinária da CNAPO ter acontecido no Quilombo do Campinho em Paraty, que foi positiva.

Questões e propostas levantadas:

- Cada Política vai monitorar ambas ou vão monitorar o que tem de comum?
- Fazer um filtro de prioridades para monitoramento e selecionar territórios a partir dessas prioridades;
- O XIII Congresso Brasileiro de Agroecologia será em Juazeiro/BA em outubro de 2025. O que deve ser produzido em relação ao monitoramento até o evento?
- Pautar o monitoramento em diálogo com as mudanças climáticas, já que a COP 30 acontecerá 1 mês depois do CBA;
- O exercício de questionar os processos metodológicos é importante;
- Reflexão sobre as iniciativas do PLANAPO III: Algumas iniciativas são mais estruturantes e algumas iniciativas são mais difíceis quando envolvem muitos órgãos, a exemplo do PRONARA e dos NEAs.
- Algumas iniciativas não são para uma ST, mas para um trabalho mais coletivizado;
- Proposta: criar um Grupo de Trabalho dos Conselhos e definir calendário.

Dia 05/12: Plenária Final

A plenária se concentrou em discutir e encaminhar os aspectos prioritários para atuação da CNAPO, levantados no

debate sobre as STs que ocorreu na tarde do dia 04/12.

STs que conseguiram estruturar uma agenda de reuniões: sementes; PRONARA; mulheres; conhecimento;

NEAs (ST Conhecimento): retrocesso de recursos para 2024 e, os poucos que tinham, estão disponibilizando tudo o que têm. Encaminhamento: monitorar esse processo.

PRONARA (ST Pronara): encaminhamento: fortalecer a ST com participação de mais pessoas da CNAPO - Adriana se candidatou; rever as indicações anteriores para a ST: as organizações que queriam participar; Mesa coordenadora tem o papel de apresentar a proposta de lançamento do programa no dia 08/03 e ver as formas de manter a mobilização - especialmente após o lançamento.

PLANO SAFRA (ST Produção): demanda de participação no CONDRAF e no CONSEA; importância do apoio de membros do governo para adiantar algumas pautas; nomes para mobilização em torno do plano; recursos diferenciados, plano safra Agricultura Familiar e o plano safra AGRO afeta a verba? Afeta a facilidade de acesso? Destaque de participação dos orgânicos no plano AGRO; Tentativa de "juros punitivos" para os sojeiros; datas e ações para resolver o PRONAF de 2025; envolvimento do departamento de financiamento/MDA e CONAB; 2 grupos: técnico e político + envolver os Conselhos; governo no Plano Safra: Ynaiá, Duda, Virgínia MDA, CONAB Fazenda, Financiamento/MDA. Sociedade civil: Jaqueline, Dionéia MST, MCP, Elizete, Vilênia; usar o período de fim de ano para avaliar os Planos; dificuldades de incidir no Plano Safra e as organizações que compõem ficaram do lado de fora; envolver ministério da fazenda; definir período da OFICINA PLANO SAFRA.

ATER (ST Conhecimento): DATER; ANATER: dificuldade de diálogo; percepção de uma "fábrica de editais" no campo da ATER, no sentido de faltar a certeza da estabilidade das políticas; GTO ATER: CONDRAF, CNPCT – Virgínia/MDA, Márcia – rede ater NE, Renata SETEQ/MDA, Fábio – ANA Amazônia, ASA.

LEI DE BIOINSUMOS (ST insumos): dificuldade de fazer a gestão da pauta sobre a regulamentação do PL pela CNAPO - conjuntura de atropelo com marcação de agendas que chocam atividades previamente marcadas; fortalecimento ST insumos: Eduardo/MDA, Mariana. Semana 9-13/12 ter reunião da ST; tratar na casa civil pela articulação da SE-CNAPO; sugerir incorporação CONDRAF na ST Insumos; pontos focais: Duda/CONAB, Rogério Dias, MPA e Dionéia MST, Maria Amália/FSPGs, Ana Cláudia/MMC.

SISTEMA DE REGULARIZAÇÃO E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA (ST terra e território): ANA Amazônia: seminários de regularização fundiária - destinação de terras públicas através de decretos e portarias de forma rápida; sistema nacional de regularização fundiária está sendo criado, há um GT construindo um decreto: falta saber quem está puxando essas atividades, não há posição do INCRA nem dos institutos de terras estaduais. Teve um primeiro seminário na região Nordeste mas organizações da região não estavam, são deixadas à margem; encaminhamentos: solicitar agenda com MDA e MMA mobilizando a CNAPO para saber qual o estado da arte, bem como solicitar informações do CONDRAF; CIAPO e MDA vão mobilizar também.

CPorgs (STOrgs): desmonte da estrutura dos orgânicos no MAPA; PO: plano orçamentário sendo gerido por não se sabe quem, nem a destinação do orçamento; Cecile e Raquel: reunião híbrida com o MAPA porque foram negadas passagens quatro vezes, apesar de o apoio às câmaras de orgânicos ser compromisso do MAPA previsto no PLANAPO III; revisão da legislação para certificação, processamento e extrativismo; semedes e mudas de pouco acesso e falta de adequação para a produção orgânica; conflitos com o agro por conta da falta de fiscalização do uso dos agrotóxicos, dos transgênicos e as queimadas; necessidade de fortalecimento da mobilização da produção orgânica; dificuldade de comunicação; avaliar a atuação nos estados pelo aumento de pulverização aérea; reunião com representações dos orgânicos o mais breve possível; Reunião da Câmara Temática de POrg do MAPA ainda em dezembro: pedido para membros da CNAPO

participarem; Rogério, Rachel, Maria Amália, Cecile, Laércio, Romeu e Ramon: agenda ainda no mês de dezembro; cobrar demais ministérios que participem; pressionar o MMA para a questão de uma norma para extrativismo;

MONITORAMENTO: a partir de uma proposta de oficina para desenvolver ações de monitoramento com integração de programas e planos: consultoria em 2 etapas: a primeira, com a Vanessa Pfeifer (apresentada na reunião). A segunda etapa é a construção da oficina; Juazeiro é um território em que as políticas públicas chegam, tem muitas experiências; consultores: Vanessa Pfeifer e Gustavo/CONAB; elaboração de indicadores na oficina; reunião da Mesa Coordenadora com Kelli ao fim do dia: levar a questão do orçamento (para também viabilizar essa tarefa); CIAPO também tem comissão de monitoramento; incluir Márcia.

Informes PROambiente: demanda sociedade civil; gestão do gov federal; na reunião já queriam referendar as áreas que serão testadas/avaliadas; pedir repasse da Oficina do MMA + oficializar a secretaria executiva; avaliação sobre a questão de indicações de participação nessas oficinas; VAGAS CTNBio: CNAPO fazer incidência; relatório sobre contaminação sobre transgênicos; Solicitar convite para compor o CGEN; AGROTÓXICOS: analisar a existência de um comitê interministerial que falta transparência.

POLÍTICA RECURSOS GENÉTICOS (ST Sementes): ST Sementes e Agrobiodiversidade: estruturação do Projeto Sementes MCTI/MDA; não há consenso sobre a construção desse projeto, é rediscutido algumas vezes; foi citada a Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, a Agricultura e a Pecuária; houve um processo encaminhado para a CIAPO para que o feijão tenha identificação adequada se é transgênico ou não: demanda de contrateste; tocar a Lei 13.123/2015 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; há sinalização de recurso do FNDCT: alguns milhões por ano a cada ano por 3 anos

ST Mulheres: Mazé e Adriana (coordenadoras, sociedade civil); Patrícia Mourão e Tatiana (coordenadoras, governo); agendada para o dia 06/02/2025 uma reunião de planejamento para objetivos, metas, estratégias e indicadores; ver que objetivos estão sendo alcançados no campo para as mulheres; desafios para a construção e consolidação da ST Mulheres: fragilidade na coordenação; ausência da presença de representação governo; desarticulação; rotatividade (parte significativa das mulheres estão na suplência e não há condições materiais para garantir a presença na CNAPO de titulares e suplentes); não há recursos para trazer convidadas; fragilidade na coordenação da CIAPO para articular representação dos ministérios na ST; ausência, notadamente do MDA e da SG. A presença da subsecretaria do MDA e do MM foi resultado de articulação da Sociedade Civil e não da CIAPO.

ESTRUTURAS DAS STs E GOVERNANÇA

Avaliação/reivindicação

- Necessidade de reforçar a equipe da Secretaria-Executiva da CNAPO;
- As organizações que participam estão fazendo o trabalho de forma voluntária que o governo deve fazer. A participação social é uma consultoria gratuita que o governo recebe;
- Governo: representantes chegam tarde, saem antes e não escutam;
- Pensar a estratégia de comunicação dos trabalhos realizados para fora do círculo dos membros da CNAPO;
- A SE-CNAPO faz as coisas a partir das demandas que chegam das STs, enquanto tem outras STs que não têm se concretizado de fato;
- há STs sem coordenadores - esforçar pra eleger;
- a mobilização das STs não é de responsabilidade da SE-CNAPO, mas dos coordenadores das STs;
- a CIAPO tem que propor movimentações;
- **IMPLEMENTAÇÃO DO PLANAPO:** órgãos que têm atividades conjuntas precisam se articular;
- Mapeamento de pontos focais nos órgãos parceiros para estarem monitorando as iniciativas;

- necessidade de a mesa coordenadora criar uma estratégia para pontuar a pautas antecipadamente, que garante a presença de representações importantes de forma mais concreta;
- mobilizar e direcionar minimamente representações indicadas (do governo) como exemplo: Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Educação;
- focar em produtos para encaminhar melhor a representação de governo.

DEFINIÇÃO DE DATAS-PERÍODOS DAS 4 REUNIÕES DA CNAPO DO ANO

A proposta é que seja feito o lançamento do PRONARA no dia 8, para manter uma referência e disputar orçamento;

- 1a reunião: 11, 12, 13/março/2025: mês de balanço do ano anterior (acordo CNAPO) - pós-carnaval;
- 2a reunião: 05/06/2025: dia do meio ambiente - dialogar com agenda climática;
- 3a reunião: datas anteriores e próximas ao CBA em outubro - proposta de articular mais Conselhos ao evento como o CNODS, CNPCTs;
- 4a reunião: dezembro

MESA COORDENADORA ELEITA:

Titular	Suplente
Sociedade Civil	
Paulo Frederico Petersen (ANA)	Sarah Luiza (ANA)
Rogério Pereira Dias (IBO)	Cecile Marie Yvonne Gabrielle Follet (CNPOrg)
Barbara Favalessa Almeida (APIB)	Jairã da Silva Santos Sampaio (APIB)
Adriana Maria Mezadri (MMC)	Elizete Maria da Silva (MMTR-NE)
Leomárcio Araújo da Silva (MPA)	Philipe Alves Rolemberg Caetano (MCP)
Maria José Moraes Costa (CONTAG)	Vilenia Venâncio Porto Aguiar (CONTAG)
Governo	
Marcelo Fragozo dos Santos (SG-PR)	Raquel Vuelta (SG-PR)
Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira (MDA)	Vivian Libório de Almeida (MDA)
Lilian dos Santos Rahal (MDS)	Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata (MDS)
Edel Nazaré Santiago de Moraes (MMA)	Daniel Peter Beniamino (MMA)
Kelly Poliany de Souza Alves (MS)	Denise Piccirillo Barbosa da Veiga (MS)
André Campos Burigo (FIOCRUZ)	Denise Oliveira e Silva (FIOCRUZ)



Foto: Arquivo/CNAPO

Encaminhamentos da reunião da Mesa Coordenadora da CNAPO junto à Secretaria Executiva

Indicativos próximo ano – Participação Territórios – Participação Titular e Suplente

- NEAs – lançamento do edital: agendar reunião com o CNPq;
- PRONARA – PL Bioinssumos; lançamento no dia 08 de março de 2025, com um PRONARA possível; reunião do GT de revisão; liderança do Ministério da Saúde nesse processo; reunião do grupo de trabalho agendada para 16/12; reunião alinhamento de governo antes do dia 16;
- Oficina Monitoramento – Juazeiro/BA, na terceira semana de fevereiro, financiamento da oficina, apresentar orçamento;
- Oficina Plano SAFRA – organizar uma oficina; conselho da política agrícola - fevereiro
- Setor Orgânicos MAPA – dialogar com a Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária para receber a Câmara de orgânicos;
- Fortalecimento da Secretaria-Executiva da CNAPO – oficializar pela Mesa Coordenadora a proposta de “deslocamento” de cargos; propor um prodoc.



Foto: Ascom/SGPR



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA - CNAPO**

26ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Dias 02, 03, 04 e 05 de dezembro de 2024 - Brasília-DF

Programação

Segunda-feira (02/12)

14h-18h - Reunião da Subcomissão Temática (ST) Mulheres/CNAPO

Local: Sala de reunião do Pavilhão das Metas, Via N1, Eixo Monumental.

Terça-feira (03/12)

Seminário Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - PRONARA, ST PRONARA/CNAPO

Local: Auditório, Sede do Ministério Público do Trabalho, 2º andar. Setor de Autarquias Norte (SAUN), Centro Empresarial Norte - CNC, Quadra 5, Lote C, Torre A.

09h-11h - Mesa 1 - Abertura: Ato de entrega da minuta de Decreto e Relatório da ST PRONARA/CNAPO às autoridades

Convidados:

- Ministro Márcio Macêdo/Secretaria-Geral-PR; Ministro Paulo Teixeira/MDA; Ministra Nísia Trindade/MSaúde; Ministra Marina Silva/MMA; Ministro Carlos Fávaro/MAPA;
- Parlamentares: Nílto Tatto, Padre João, Bohn Gass, Leonardo Monteiro;
- Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos; CONSEA; Rogério Dias/IBO/Membro Sociedade Civil na CNAPO; Jakeline Pivato/Campanha/Membro Sociedade Civil na ST PRONARA.

11h - Apresentação do Vídeo sobre o histórico do PRONARA (10')

11h10-11h50 - Mesa 2: A importância do PRONARA para a sociedade brasileira

Convidados:

- Marina Leal/ANVISA; Rosangela Muniz/IBAMA; Luiz Cláudio Meirelles/FIOCRUZ; Mariane Vidal/Embrapa; Mazé Moraes/CONTAG/Membro Sociedade Civil na CNAPO - (10' cada).

11h50-12h30 - Mesa 3: Apresentação de Experiências

Convidados:

- Celso Tomita - PRONARA aplicado em campo e seus resultados; Dionéia Ribeiro - Arroz Orgânico do MST - (20' cada).

12h30-14h - ALMOÇO

Evento em comemoração ao dia 03 de dezembro: Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos - Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos/Ministério Público do Trabalho

Local: Auditório, Sede do Ministério Público do Trabalho, 2º andar. Setor de Autarquias Norte (SAUN), Centro Empresarial Norte - CNC, Quadra 5, Lote C, Torre A.

14h-14h40 - Palestra de abertura: Colonialismo químico e reflexo no Brasil - Dra. Larissa Bombardi.

14h40-15h45 - Intervenções dos Componentes da Mesa.

Convidados: Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Maria Aparecida Gugel; Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Alberto Balazeiro; Subprocuradora-Geral da República, Dra. Luiza Cristina Frischeisen, Coordenadora 4ª Câmara Meio Ambiente e Patrimônio Cultural; Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) - Dr. Adalberto Maluf; Representante do Ministério da Saúde; Diretor Geral Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade - CIRAT, Sr. Sergio Augusto Ribeiro.

15h45-17h - Atividades Finais.

Convidados e temas: PRONARA - Construção e Perspectivas, Dra. Patrícia Tavares, SG-PR/CNAPO; Celebração dos 15 anos do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, Dr. Pedro Luiz Serafim, Subprocurador-Geral do Trabalho e Coordenador-Geral do Fórum; Lançamento do Manual de Atuação na Temática dos Agrotóxicos, Dra. Cirlene Zimmermann CODEMAT/MPT.

26ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Dias 02, 03, 04 e 05 de dezembro de 2024 - Brasília-DF

Programação

Terça-feira (03/12) (Continuação)

17h - Encerramento: Momento social

17h30 - Reunião da Sociedade Civil/CNAPO

Local: Sala de reunião do Pavilhão das Metas, Via N1, Eixo Monumental.

Quarta-feira (04/12)

9h-12h - Agroecologia no Parlamento: Agroecologia na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Parceria entre a CNAPO e Frentes Parlamentares de SAN (Dep. Padre João), Ambientalista (Dep. Nilto Tatto) e de Agroecologia (Dep. Leonardo Monteiro).

Local: Auditório Freitas Nobre, subsolo do Anexo IV da Câmara dos Deputados.

Coordenação: Deputado Federal Padre João e sociedade civil/CNAPO (a definir).

- Apresentação do Planapo III; PRONARA; Debate: a agroecologia na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional; Construção da Agenda Agroecológica no Parlamento em 2025.

12h-14h - ALMOÇO

14h-15h30 - Plenária 26ª CNAPO - Mesa 1: Sistema de gestão e monitoramento integrado

Local: Auditório do Espaço Israel Pinheiro, Praça dos Três Poderes, s/n, Via N1, Eixo Monumental, entre o Pavilhão das Metas e o Mastro da Bandeira.

Coordenação: sociedade civil (a definir) e Silvio Porto/CONAB.

Convidados:

- Articulação Interconselhos – Agenda de Soberania e Segurança e Soberania Alimentar e Agroecologia (CONDRAF, CONSEA, CNODS, CNPCT); ECOFORTE (FBB e BNDES); PLANAA (MDA); Gestão e Monitoramento PLANAPO: construção de um sistema integrado de gestão e monitoramento de planos (Consultora Vanessa Pfeifer Coelho).

15h30-18h - Reunião das Subcomissões Temáticas e GT Monitoramento e Comunicação/CNAPO

Local: No documento Guia às STs.

Na Pauta:

- Prioridades Planapo III; Coordenação e Plano de Trabalho em acordo com o Regimento Interno da CNAPO; Avaliação/Balanço do trabalho da CNAPO 2024 e propostas para 2025.

Quinta-feira (05/12)

09h-12h - Plenária 26ª CNAPO- Mesa 2: Relato das Subcomissões Temáticas e discussão em Plenária

Local: Auditório do Espaço Israel Pinheiro, Praça dos Três Poderes, s/n, Via N1, Eixo Monumental, entre o Pavilhão das Metas e o Mastro da Bandeira.

Coordenação: Sociedade civil (a definir) e Patrícia Tavares (SG-PR/CNAPO); Coordenadores STs.

12h-14h - ALMOÇO

14h-18h - Plenária de Encerramento da 26ª CNAPO

Coordenação: Sociedade civil (a definir) e Patrícia Tavares (SG-PR/CNAPO).

- Eleição da Mesa Coordenadora da CNAPO;
- Planejamento CNAPO 2025: Proposta de Agenda;
- Informes Gerais.



Carta do I Encontro Nacional de Agroecologia Indígena (ENAI)

O I Encontro Nacional de Agroecologia Indígena (I ENAI) aconteceu no período de 26 a 29 de novembro de 2024, em Brasília, com a participação de mais de 50 povos indígenas de todo o Brasil. Ao todo, estiveram presentes cerca de 200 pessoas, vindas de todos os biomas brasileiros, Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, contemplando as diferentes regiões do país, Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

O evento foi organizado pelo Grupo de Trabalho (GT) Povos Indígenas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que é uma iniciativa estruturada dentro da rede de movimentos e organizações que compõem o movimento agroecológico brasileiro. Estabelecido durante a plenária de 2022 em Belo Horizonte, seu principal objetivo é unir os povos indígenas em torno da agenda da Agroecologia, promovendo suas práticas, seus valores, seus saberes e suas formas de organização social. O GT conta com representantes de diversas etnias de todos os biomas do país, que compartilham a convicção de que a agroecologia é a principal alternativa viável para enfrentar as emergências climáticas.

A realização do primeiro Encontro Nacional de Agroecologia Indígena foi um dos encaminhamentos da Plenária Indígena que ocorreu durante o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, em novembro de 2023, na cidade do Rio de Janeiro.

O I ENAI foi um momento histórico de protagonismo dos povos indígenas que se reuniram para debater, partilhar e construir, a partir de suas vivências coletivas e cosmovisões, a **Agroecologia Indígena**, com base no pensamento indígena sobre o manejo territorial e sobre práticas adotadas nos sistemas alimentares tradicionais. O que os não indígenas reconhecem como Agroecologia, têm suas bases nos conhecimentos milenares que guiam os Povos Indígenas ao longo dos tempos. Essas guianças atravessam perspectivas ecológicas de autodeterminação, espiritualidade e subjetividade. Sendo assim, essa produção de mundos dos povos indígenas atrelada à ancestralidade e ao diálogo harmônico com a natureza, deve ser reconhecida e valorizada como a matriz pioneira da construção do que hoje tem sido denominado de Agroecologia no Brasil.

Além de ser um marco significativo para o movimento indígena agroecológico, o encontro não é importante somente para nós, povos indígenas, mas ele apresenta grande relevância diante da emergência climática global.

Durante o evento, foram realizadas plenárias, cantos, rituais, rodas de conversa, exibição de filmes de produção indígena, trocas de experiências, de sementes e conhecimentos, nas quais foi enfatizada a importância das epistemologias indígenas para o estabelecimento de relações mais saudáveis com a natureza. Ocorreram debates sobre os princípios da Agroecologia na perspectiva indígena, onde os povos trouxeram suas experiências a partir dos biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal), levantando os principais desafios que os territórios vêm enfrentando relacionados às questões climáticas, territoriais e de



soberania alimentar, apresentando as experiências exitosas e os possíveis caminhos a serem trilhados diante desses desafios.

As rodas de conversa abordaram políticas públicas voltadas aos povos indígenas, com a presença de órgão governamentais e não-governamentais, a partir das seguintes temáticas: Políticas relacionadas à Produção e Comercialização de Alimentos; Saúde Índigena e Agroecologia; Produção de Alimentos Saudáveis, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Indígenas; Ações de Pesquisa e ATER em Territórios Indígenas; e, Financiamento dos Sistemas Agrícolas Indígenas.

Também, ocupamos a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados, presidida pela Deputada Federal Célia Xakriabá, para debater a importância da Agroecologia nos Territórios Indígenas. Durante a audiência pública estiveram reunidos: o GT Povos Indígenas da ANA, lideranças indígenas de variados territórios, representantes do MPI, da APIB, da FUNAI, da ANA e da rede CATRAPOVOS. A audiência proporcionou um espaço de valorização dos saberes indígenas, a partir do reconhecimento de suas práticas tradicionais, sendo construídas estratégias para o enfrentamento da crise climática.

Diante disso, propomos:

- Fortalecer a participação indígena em espaço políticos como os conselhos municipais, estaduais e nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Valorizar a cultura alimentar indígena como enfrentamento aos ultraprocessados;
- Promover o fortalecimento das organizações coletivas indígenas;
- Que as agências de financiamento construam editais específicos voltados ao fortalecimento da Agroecologia em territórios indígenas, priorizando organizações que tenham liderança dos próprios sujeitos originários;
- Facilitação e simplificação do acesso dos Povos Indígenas a todos os programas, projetos e políticas públicas, financiados pelo Estado brasileiro a fim de garantir recursos destinados à promoção da Agroecologia Indígena;
- Formação em gestão de projetos dentro das organizações indígenas;
- Construir um Sistema Nacional de Agroecologia Indígena baseada no SISAN;
- Estabelecer cota indígena nas vagas de profissionais contratados ou concursados nas instituições que acessem recursos públicos para desenvolver Pesquisa e ATER em territórios indígenas;
- Criação e regulamentação das políticas públicas para a saúde indígena que possam atender nossas demandas, com base nas sabedorias ancestrais de cura, compreendendo que a Agroecologia faz parte da promoção e do cuidado à saúde;
- Criação de redes de Agroecologia Indígena nos estados;
- Demarcação dos territórios indígenas como estratégia de enfrentamento às emergências climáticas;



- Promoção e financiamento das feiras indígenas de trocas de sementes e saberes e de comercialização da produção indígena;
- Os princípios da Agroecologia precisam ser trabalhados na Educação Escolar Indígena;
- Fortalecer espaços estratégicos no Ministério dos Povos Indígenas;
- Que o Ministério dos Povos Indígenas e suas secretarias, departamentos e coordenações devam e possam ser ocupados por indígenas que dialoguem com as necessidades dos movimentos e movimentos de Agroecologia. E que na necessidade de indicação/alteração também haja diálogo com os Movimentos de Agroecologia Indígena;
- A APIB e suas organizações de base devem pautar o tema da Agroecologia Indígena em seus espaços de debates e formações, a exemplo do ATL;

Por fim, ficou evidente entre os participantes que a Agroecologia deve ser entendida para além da produção econômica, da conservação ou proteção do ambiente. Pois ao longo de toda a caminhada percorrida até a realização do ENAI e durante este, evidenciou que a Agroecologia Indígena inclui seres humanos, animais, não-humanos, plantas, água, encantados, ancestralidade, por isso deve ser entendida como um modo de (re) existência, um modo de construir mundos para todos esses seres. A produção de mundos dos povos indígenas, baseada numa conexão ancestral com a natureza, deve ser reconhecida e valorizada como a matriz pioneira da construção do que hoje tem sido denominado de Agroecologia no Brasil, como estratégia para construirmos um bem-viver e promovermos a proteção dos territórios.

Assinam a carta, representante dos seguintes povos que estiveram presentes no I ENAI:



POVOS INDÍGENAS PRESENTES NO I ENCONTRO NACIONAL DE
AGROECOLOGIA INDÍGENA 26 A 29/11/2024

INSITUTO SÃO BOAVENTURA – BRASÍLIA/DF

ACRE

Shanenawa

ALAGOAS

Jeripankó

Kariri Xokó

Katokkin

Koiupanká

Tingui Botó

Wassu Cokal

BAHIA

Guerém

Pataxó

Tupinambá

Tumbalalá

CEARÁ

Isu Kariri

Jenipapo Kanindé

Kanindé

Kariri

Pitaguary

Tremembé

DISTRITO FEDERAL

Kariri Xokó

ESPÍRITO SANTO

Tupiniquim

MARANHÃO

Guajajara

Ka'apor

MATO GROSSO

Bakairi

Ikpeng

Kalapalo

Kaiabi

Kamaiurá

Menhynako

Myky

Umutina

Kayapó

MATO GROSSO DO SUL

Guarani Kaiowa

Guarani Nandhewa

Kinikinau

Terena

MINAS GERAIS

Borum Kren

Xakriabá

PARÁ

Kayapó

Munduruku

Panará

Tupinambá

PARANÁ

Ava Guarani

PARAIBA

Potiguara

PERNAMBUCO

Kapinawá

Pankararu

Truká

Xukuru do Ororubá

RIO GRANDE DO SUL

Kaingang

RORAIMA

Macuxi

Wapichana

SANTA CATARINA

Mbya Guarani

Xokleng

TOCANTINS

Ava Canoeiro

BOLÍVIA

Kishuá